

Estância Balneária Cidade Monumento da História Pátria Cellula Mater da Nacionalidade

Mensagem nº 23/96

fl. 02

DOCUMENTO N. 922/96

PROJETO DE LEI

Cria o Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências. Proc. nº 05620/96

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º - Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar com a finalidade de assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental mantidos pelo Município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

 I - fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar;

 II - promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos in natura;

 III - orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região;

IV - sugerir medidas aos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, nas fases de elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Municipal, visando:

a) as metas a serem alcançadas;

b) a aplicação dos recursos previstos na legislação nacional;

c) o enquadramento das dotações orçamentárias especificadas para alimentação escolar;

 V - articular-se com os órgãos ou serviços governamentais no âmbito estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas municipais e estaduais;

 VI - fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino municipais e estaduais;



Estância Balneária Cidade Monumento da História Pátria Cellula Mater da Nacionalidade

Mensagem nº 23/96

fl. 03

VII - articular-se com as escolas municipais e estaduais, conjuntamente com os órgãos de educação do Município e Estado, motivando-as na criação de hortas, granjas e de pequenos animais de corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

VIII - realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre

alimentação;

 IX - realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-os em conta quando da elaboração dos cardápios para a merenda escolar;

 X - exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como sobre a limpeza dos locais de armazenamento;

XI - realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico no que respeita aos seus efeitos sobre a alimentação;

XII - promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às escolas municipais e estaduais;

XIII - levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçamentar e avaliar o programa do Município.

Parágrafo único - A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo do órgão de educação ou abastecimento do Município.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 2° - O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I - o dirigente do órgão de educação da Prefeitura que o presidirá;

II - 1 (um) representante da Associação Comercial;

III - 1 (um) representante dos professores das escolas municipais;

IV - 1 (um) representante de pais de alunos;

V - 1 (um) representante do órgão de abastecimento da Prefeitura.

§ 1º - A cada membro efetivo corresponderá um suplente

§ 2º - A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes será feita por decreto do Prefeito para o prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado.

\$.



Estância Balneária Cidade Monumento da História Pátria Cellula Mater da Nacionalidade

Mensagem nº 23/96

fl. 04

§ 3° - O Presidente do Conselho permanecerá como tal durante o tempo que durar sua função como dirigente do órgão de educação.

§ 4º - Os representantes referidos neste artigo serão indicados por

suas entidades para nomeação do Prefeito Municipal.

§ 5º - No caso de ocorrência de vaga, novo membro deverá completar o mandato de substituído.

§ 6º - O Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-á, ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente, mediante solicitação de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

§ 7º - Ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificação, a 2 (duas) reuniões consecutivas do Conselho ou 4

(quatro) alternadas.

- § 8º Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que proceda ao preenchimento da vaga.
- Art. 3º O Vice-Presidente do Conselho será escolhido por seus pares para um mandato de 2 (dois) anos que poderá ser renovado.
- Art. 4°- O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá serviço relevante.
- Art. 5°- As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6°- O Programa de Alimentação Escolar será executado com:

I - recursos próprios do Município consignados no orçamento

anual;

II - recursos transferidos pela União e pelo Estado;

 III - recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais..

5.



Estância Balneária Cidade Monumento da História Pátria Cellula Mater da Nacionalidade

Mensagem nº 23/96

fl. 05

Art. 7°- O Regimento Interno do Conselho será baixado pelo Prefeito Municipal no prazo de 30 (trinta) dias após a entrada em vigência da presente Lei.

Art. 8°- As despesas com a presente lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 9°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

000

ARQUIVADO EM & 15

merenda.doc